



PROJETO LETS-CARE

União Europeia preocupada com os cuidados de longa-duração



CONSELHO GERAL

XVIII Festa da Solidariedade é em Beja a 24 de outubro



CLUBE DOS PEQUENOS

Uma creche para acolher filhos de quem trabalha fora de horas



POMBAL

Lar da Felicidade aposta em novas respostas e continua a crescer



BRAGA

Asilo S. José celebrou 175 anos de serviço aos desvalidos da vida

iD

Aprovado por dermatologistas

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



Acolhimento de imigrantes apela ao nosso humanismo pátrio

A entrada de imigrantes, em Portugal, tem sido um dos assuntos mais presentes na agenda do país. Na abordagem política tem predominado mais a ideologia que a defesa incontornável da dignidade humana. Chega-se a aproveitar dos sentimentos a que pessoas mais sensíveis, e/ou menos esclarecidas, são muito vulneráveis. Refiro-me à insegurança e ao medo que ela arrasta consigo. Tudo o que é desconhecido suscita desconfiança e esta leva a uma postura de reserva. Quando se trata de pessoas de outras culturas, que contêm hábitos muito estranhos, e provenientes de países que não conhecemos, a falta de empatia cresce mais. Quando essas pessoas vêm de países em guerra ou pertencem a religiões que, como quaisquer outras, têm quem seja fundamentalista, e até se agregue para impor o seu pensamento, facilmente se passa do fundamentalismo religioso, ao terrorismo. Não é um problema novo. Ele leva-nos para tempos antiquíssimos. Porém, como em tudo, “não se pode tomar pela árvore, toda a floresta”. Atualmente, os meios de comunicação são tantos e tão diversificados que permitem ser mais fácil ter conhecimento dos conflitos, que têm como promotores terroristas que, infamemente, utilizam o nome de Deus e se orientam por normas desrespeitadoras da dignidade e liberdade das pessoas. Há quem se aproveite deste tipo de grupos, da sua força maléfica e dos muitos crimes que já praticaram em alguns países europeus, para espalharem sentimentos de medo. Por falta de informação, de proximidade para se conhecer melhor os valores culturais e religiosos dos

imigrantes que estão, em Portugal, refiro-me, sobretudo aos não europeus, tem vindo a crescer, entre os portugueses, sentimentos de medo, de intolerância, de violência que fomentam, em determinadas localidades do país, ações xenófobas e racistas.

Sou a favor de que haja uma planificação do acolhimento para que o país possa receber o número de imigrantes a quem assegure condições dignas de vida: habitação; trabalho; educação para as crianças e capacitação profissional para os adultos; acesso aos cuidados de saúde e de proteção social. Mas que o mesmo seja feito, proporcionalmente, por todos os países da Europa, mesmo os que não integram a União Europeia. É preciso lembrar, o que estratégias populistas, nunca referem: que uma grande parte dos imigrantes trabalha; que em 2021, os descontos feitos para a Segurança Social representaram 8,5% do total das contribuições e, quanto ao ano passado, já correspondem a 12,4% o que totaliza cerca 3,6 mil milhões de euros. Já que estamos a abordar o valor económico das migrações, pois tem outras dimensões também muito ricas, num mundo globalizado como o nosso, é bom saber que, em 2024, a Agência para a Integração, Migrações e Asilo – AIMA - arrecadou mais de 46 milhões de euros em receitas próprias, provenientes de taxas, multas e outras penalidades. Para 2025, está previsto juntar um montante muito superior .

Reitero que concordo com uma estratégia bem planificada. Se é verdade o que se tem dito, quanto à implementação de maiores restrições

no “reagrupamento familiar”, já me parece que se pode estar a dificultar a integração do imigrante só. Bem sabemos os problemas pessoais que são causados pela solidão na produtividade laboral, no abuso do álcool... a solidão foi sempre uma má conselheira. No dia em escrevo este texto, está o Conselho de Ministros a deliberar sobre esta e outras matérias relacionadas com as migrações em Portugal. Espero que o respeito pelos direitos humanos não seja esquecido. Porque, se não for por motivações criminosas - essa matéria compete às Forças Segurança nacionais e internacionais - quem se sente forçado a sair do seu país, se for por razões de perseguição política ou religiosa, é um refugiado e não um imigrante. Esta demanda outro lugar no mundo para fugir da morte, porque o seu país está a ser dilacerado por uma guerra ou para procurar melhores meios de subsistência e, assim, possa ter uma vida com um pouco mais de dignidade.

É conveniente criar um planeamento nacional de acolhimento de imigrantes, mas estou convencido que não se conseguirá acabar com os que chegam indocumentados, vítimas de um dos maiores negócios mundiais que é o tráfico humano. O Mediterrâneo, que tem sido um autêntico “cemitério” para milhares de imigrantes, é uma evidência de que, quando está em risco a sobrevivência, vai-se até ao limite de pôr em causa a própria vida. Que se comece a pensar já em Centros de Acolhimento humanizados para estes imigrantes até à sua repatriação.

Na próxima edição, retomarei este assunto e os desafios que se colocam às IPSS.

Ana Maria Lima
Vogal da Direção da CNIS



Educação: o pilar da inclusão e da solidariedade

Desde a sua fundação, a CNIS tem vindo a afirmar que a educação é, antes de mais, um direito de todos e um fator determinante para a inclusão social. Nesta edição do *Solidariedade*, reafirmamos esse compromisso com o universo de interesses que definem a nossa ação social: infância, juventude, apoio à família, desenvolvimento comunitário e capacitação institucional.

A educação, em todas as fases da vida, é o motor que transforma o indivíduo, a comunidade e a sociedade. É ela que permite que cada criança, independentemente das suas condições económicas, aceda a uma aprendizagem sólida, com capacidade de gerar diferenciação e oportunidades futuras.

As Instituições de Solidariedade Social têm sido, ao longo das últimas décadas, um pilar silencioso, mas firme, na construção de uma sociedade mais justa e mais coesa. As IPSS assumem diariamente um papel insubstituível na promoção de oportunidades educativas que vão muito além da sala de aula. Através das creches, jardins de infância, centros de atividades de tempos livres, residências para jovens ou programas comunitários, constroem relações, despertam talentos, cultivam valores e fortalecem comunidades.

Educar é, por isso, uma missão que exige tempo, consistência e sentido de comunidade. E é justamente neste âmbito que as IPSS têm um papel diferenciador: são estruturas de proximidade, enraizadas nas comunidades, capazes de responder de forma ágil, contextualizada e com uma abordagem holística. São espaços onde as famílias encontram apoio, onde os mais novos crescem em segurança, onde se constroem percursos de vida estruturados.

Numa época marcada por profundas transformações sociais, tecnológicas e culturais, a



educação assume-se como um desafio ainda mais urgente. O mundo exige competências novas, pensamento crítico, sensibilidade intercultural, capacidade de adaptação e, sobretudo, confiança. Estes são traços que se cultivam desde cedo, em ambientes educativos humanizados — como aqueles que tantas IPSS oferecem, todos os dias, de forma discreta, mas essencial.

Cabe-nos, enquanto setor, continuar a inovar, a aprender, a fortalecer as nossas respostas educativas, sempre com foco nas necessidades

reais das pessoas e das comunidades. A educação é uma semente que se lança com esperança — e o setor solidário é terra fértil para que ela cresça com raízes profundas e frutos duradouros.

A CNIS continuará a apoiar e a dar voz às instituições que, no silêncio do seu trabalho diário, fazem da educação uma prática de solidariedade ativa, de compromisso ético e de transformação social. A educação é um investimento no futuro — e o setor social é, sem dúvida, um parceiro privilegiado para esta missão.

PRÓXIMO ANO LETIVO

Telemóveis proibidos nas escolas até ao 6º ano

O Governo aprovou a proibição do uso de telemóveis nas escolas até ao 6ª ano de escolaridade e a revisão da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, medidas que vão entrar em vigor a partir do próximo ano letivo.

Em comunicado, o Conselho de Ministro avança que foi aprovado um decreto-lei que “regula a utilização, no espaço escolar, de equipamentos ou aparelhos eletrónicos com acesso à internet, como smartphones, proibindo o seu uso pelos alunos do 1.º e do 2.º ciclos do Ensino Básico, a partir do próximo ano letivo”.

Segundo o Governo “a adoção de medidas de proibição ou de restrição tem em conta os resultados do estudo do Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas sobre as recomendações emitidas pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, em setembro de 2024, relativas à utilização de smartphones nos recintos escolares”.

O comunicado refere ainda que foi aprovada “a revisão da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, com entrada em vigor a partir do ano letivo 2025/2026”.

Segundo as conclusões do estudo do Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas, mais de metade das escolas que



proibiram o uso de ‘smartphones’ relataram uma diminuição do ‘bullying’ e da indisciplina do 2.º ciclo ao secundário, e na esmagadora

maioria os alunos passaram a socializar mais durante os intervalos, a realizar atividade física e a usar os espaços de jogos no recreio.

DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE

Mais de 280 óbitos em excesso durante onda de calor

Portugal continental registou 284 óbitos por excesso durante o período de alerta de tempo quente, iniciado a 28 de junho, maioritariamente entre pessoas com 85 ou mais anos, revelou a Direção-Geral da Saúde (DGS).

De acordo com dados preliminares da DGS, os 284 óbitos em excesso verificaram-se entre 28 de junho e os primeiros dias de julho e mais de 70% do excesso de mortalidade ocorreu no grupo etário com 85 ou mais anos.

A DGS indica também que não se verificou excesso de mortalidade abaixo dos 70 anos.

Na atualização, feita na segunda semana de julho, o índice Ícaro (que estima o impacto das temperaturas do ar na mortalidade) indica que não se “prevê um impacto significativo da temperatura na mortalidade” para os próximos três dias, “com exceção da região do Alentejo, sendo por isso possível que ocorra uma ligeira revisão em alta dos valores de excesso de mortalidade”.

A DGS, no entanto, referiu que o impacto deste episódio de tempo quente na mortalidade em excesso foi semelhante ao observado nos últimos dois anos.

Em 2024, entre 22 de julho e 04 de agosto, foram registadas 715 mortes em excesso, correspondendo a um excesso relativo de mais 19% face ao esperado.

No ano anterior, de 21 a 27 de agosto de 2023, contabilizaram-se 384 óbitos em

excesso, um excesso relativo de mais 20% face ao esperado.

Antevendo a onda de calor que viria a registar-se, a Direção-Geral de Saúde, de acordo com as informações mais atualizadas do IPMA e dos restantes parceiros, emitiu a 25 de junho de 2025, nas suas diferentes plataformas, várias recomendações à população de proteção contra o calor.

A DGS refere que irá manter uma monitorização regular da situação, atualizando a informação sempre que necessário.

Cerca de um terço das 90 estações meteorológicas de Portugal continental ultrapassaram ou igualaram, no último fim de semana de junho, os seus anteriores máximos históricos de temperatura máxima para o mês, segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA).

A partir do dia 27 de junho verificou-se uma onda de calor que se prolongou até aos primeiros dias de julho. Na quarta-feira, cerca de 59% das estavam em onda de calor.

Em junho, Portugal continental registou duas ondas de calor, tendo a primeira sido assinalada, entre 15 e 20 de junho, em 12 estações.

O dia 29 foi o mais quente do mês com um valor médio de temperatura máxima de 38,5°C (desvio em relação à média mensal de +11,8°C) e um valor médio de temperatura

mínima de 28,7°C (desvio em relação à média mensal de +8,4°C).

RECOMENDAÇÕES

O presidente da Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia, o médico Manuel Carrageta, sublinha a necessidade de cuidados especiais para os mais idosos em alturas de maior calor.

“Quando o tempo está muito quente as nossas artérias dilatam-se e aumenta a transpiração, para evitar que a temperatura do nosso organismo se eleve para além de limites perigosos. Estas alterações levam à perda de líquidos e à consequente desidratação. A tensão arterial tende a baixar e a pulsação a aumentar. O coração passa a ter de trabalhar mais, uma sobrecarga que pode tornar-se perigosa, sobretudo nos doentes, nas crianças e nos idosos, que têm menos capacidade para regular a temperatura do corpo. Sobretudo durante as ondas de calor ocorre um grande aumento das mortes de causa cardiovascular.

Para se proteger, aconselha-se que no tempo mais quente se mantenha bem hidratado ingerindo mais água (evitar as bebidas alcoólicas e as cafeinadas, que tendem a aumentar a desidratação), optar por refeições frias, como saladas, fruta, sopas tipo gaspacho), usar roupas leves e claras (o algodão é excelente), ter a casa fresca, não sair nas horas de maior calor e não fazer grandes esforços.”

CONSELHO GERAL DA CNIS

Festa da Solidariedade é dia 24 de outubro em Beja

A CNIS reuniu em Conselho Geral, o primeiro em muitos anos que não contou com a presença do padre Lino Maia, em virtude do seu estado de saúde, que o obrigou a ser hospitalizado.

Em Fátima, Palmira Macedo, assessora da Direção, revelou ter visitado na véspera o presidente da CNIS e que este “apresentava grandes melhoras”.

“O padre Lino Maia está melhor, mandou um abraço para todos os conselheiros e já se quis inteirar das ordens de trabalho das reuniões da Direção e do Conselho Geral”, afirmou a assessora, revelando ainda, que ele “já não está com suporte, já faz fisioterapia e está apenas à espera para passar para a enfermaria”.

“A infeção foi debelada e, clinicamente, está muito bem”, concluiu.

José Carlos Batalha, presidente da Mesa da Assembleia Geral, falando em nome dos conselheiros, disse: “Ficamos contentes, mais satisfeitos, mas não descansados. Gostava que o Conselho Geral registasse um voto de rápidas melhoras e que o nosso presidente volte a casa o mais rápido possível”.

Após um primeiro momento de solidariedade com o presidente da CNIS, os conselheiros deram início à reunião de trabalho, debruçando-se sobre o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: Política de informação da CNIS.

A este propósito, Palmira Macedo avançou que, com a implementação do Projeto CNIS 2030, foi exigido à CNIS que criasse uma newsletter, algo que já tem, mais concretamente, a Notícias à Sexta.

“Agora, temos de melhorar a que temos e criar uma secção CNIS e dar-lhe um novo formato”, explicou a assessora.

A este propósito, Helena Albuquerque, da Humanitas, lembrou, “uma vez mais”, que o site da CNIS, na área da deficiência, “apresenta uma única valência, que é o Lar Residencial, o que é uma falha grave”, enquanto Carlos César, da UDIPSS Lisboa, sublinhou que “o jornal Solidariedade é o emblema da nossa comunicação e deve continuar em papel, porque é algo importante, ganhando, talvez, uma maior dinâmica no digital”.

Relativamente, à Cooperação, Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, referiu que “já foi reativada”, após a formação do novo governo, “tendo continuado com as reuniões de trabalho sobre os custos das valências”.

“O Grupo de Trabalho dos custos das valências teve muita importância para o Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário (CCSSS)”, começou por dizer Filomena Bordalo, assessora da Direção, revelando ainda: “Esse trabalho prossegue, com o cálculo dos custos reais médios, mas também dos custos técnicos relativos a novas respostas sociais”.

Sobre a valência Acolhimento Residencial, “com as alterações introduzidas, vão ser criadas



novas respostas como Casa de Acolhimento específicas” e sobre o Pré-escolar a assessora deixou um lamento: “A situação do Pré-escolar é preocupante, porque não tem tido aumentos, porque falta fazer este trabalho de cálculo dos custos, tal como no CACI, que está nas prioridades”.

Ainda sobre Cooperação, Eleutério Alves informou os conselheiros que está agendada para dia 16 de julho uma reunião da Comissão Permanente do Sector Social Solidário, com todos os representantes do Sector Social Solidário e dos ministérios da Solidariedade, da Saúde e da Educação, e que tem na Ordem de Trabalho temas como: acompanhamento do CCSSS simplificação das regras de licenciamento das respostas sociais, respostas para a deficiência, novas respostas de acolhimento residencial.

Relativamente à resposta de Acolhimento Residencial, “a CNIS bateu-se muito pela manutenção do financiamento das vagas não ocupadas”, referiu Filomena Bordalo, acrescentando: “O Instituto da Segurança Social acatou a nossa insistência e garantiram que pagava a 100% desde janeiro”.

Isto é algo que não está a acontecer em todo o país, tendo algumas instituições recebido apenas o aumento de 4,9% desde maio.

“Não está a ser um processo fácil para as IPSS, mas também não o está a ser nas negociações para a CNIS”, afirmou a assessora.

Sobre a contratação coletiva, Maria José Miranda, membro da Direção, revelou que o novo CCT está “assinado só com a FNE, sendo que as outras estruturas sindicais têm esse limite. Com o sindicato da Função Pública o acordo está encaminhado, enquanto que com a FEPCES está dependente do travão da Educação para a creche”.

Por seu turno, Alfredo Cardoso defendeu que “o CCT é um reconhecimento do trabalho e dos

trabalhadores”, sublinhando que “o rendimento é importante, mas o reconhecimento também”.

Sobre o PRR, o dirigente da CNIS começou por dizer que “ou as CCDR colocam a discussão com as IPSS num patamar próprio ou andamos a fazer figura de idiotas uteis”, porque “o que toca ao sector vem sempre envolvido noutras áreas e nunca isoladamente”.

Alfredo Cardoso deixou ainda uma crítica ao poder local: “Há coesão, de facto, mas das autarquias, que monopolizam tudo e querem que andemos de mão estendida a pedir-lhes financiamento”.

Na reunião de Fátima ficou ainda conhecer-se a data da realização da XVIII Festa da Solidariedade, que será dia 24 de outubro, em Beja, percorrendo a Chama da Solidariedade o distrito alentejano entre os dias 20 e 23.

No período final, em que conselheiros colocam as suas questões, foram faladas matérias como: a situação das instituições da área da deficiência está pior, pois os aumentos do CCSSS não chegam para cobrir as despesas; limite de 16 anos para as carrinhas de nove lugares é prejudicial; dificuldades em contratar técnicos superiores para as respostas de deficiência e de pessoal para área da infância, em especial educadores de infância; exigência sem sentido de, no âmbito da Mobilidade Verde, as instituições terem de levar as viaturas aos centros distritais da Segurança Social para este comprovar que a mesma foi de facto adquirida (!!!).

Sobre as queixas, e são muitas, sobre o SAD – “há 12 anos que andamos nisto” –, Filomena Bordalo esclareceu que, relativamente à majoração de 15% para os territórios de baixa densidade, “o que prevalece é a localização da instituição e não a residência do utente”.

LAR DA FELICIDADE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, POMBAL

Construído o complexo de habitação colaborativa, o projeto seguinte é ampliação da ERPI

O Lar da Felicidade, sedado na freguesia de Meirinhas, concelho de Pombal, saltou para as bocas do mundo por ser a primeira IPSS a inaugurar um complexo de habitação colaborativa financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Com um investimento total superior a 800 mil euros, financiado pelo PRR e capitais próprios, a nova resposta do Lar da Felicidade disponibiliza 17 camas, através de um T0 (uma pessoa), seis T1 (duas pessoas) e um T2 (quatro pessoas).

“A vantagem desta habitação colaborativa é mesmo a autonomia e a independência que as pessoas vão poder ter e não estarem confinadas a horários e às regras rígidas das instituições residenciais”, refere a diretora-técnica da instituição, Cristina Ribeiro.

Inauguradas no passado dia 21 de junho, as habitações estão prontas a receber os primeiros moradores, estando ainda a instituição a fazer a seleção dos utentes.

O Solidariedade dará a conhecer com mais pormenor esta nova resposta do Lar da Felicidade, na próxima edição, num espaço a dedicar à Habitação Colaborativa.

Pensado e criado em 1992, o Lar da Felicidade – Associação de Solidariedade Social, foi só em 1999 que a instituição entrou em funcionamento.

“O primeiro presidente, o senhor Américo Ferreira, era também presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas e considerava que a freguesia precisava de uma resposta de apoio aos idosos. A ideia inicial já era de criar um lar residencial, mas, na altura, o projeto não foi aprovado, porque não havia viabilidade para. Não havia interessados inscritos, a ideia não estava a ser muito bem aceite a nível local e, então, avançou-se com um projeto de Centro de Dia e de Serviço de Apoio domiciliário (SAD)”, começa por contar Cristina Ribeiro, prosseguindo: “A Junta tentou sensibilizar proprietários para disponibilizarem terrenos onde se pudessem construir um equipamento, mas não foi fácil, por isso, é que a instituição só entrou em funcionamento em 1999, com 20 utentes em Centro de Dia e 14 em SAD, que tinha já uma capacidade de 42”.

Conseguidos os terrenos doados pelas Irmãs Felicidade – daí o nome da instituição – e construído o edifício-sede, a instituição volta à carga com a intenção de construir uma resposta residencial.

“O projeto da ERPI começou a ser preparado em 2005, pelo que este lar está sujeito à legislação de 2005, que obrigava os quartos a terem quarto-de-banho privativo. Mantivemos a arquitetura, apesar de, quando concluímos a construção em 2021, a legislação já ser outra. No entanto, a privacidade da pessoa e a mais-valia para a pessoa não tem comparação, a legislação de 2005 é muito melhor nesse aspeto”,



sublinha a diretora-técnica.

“Este lar foi terminado em pleno Covid, porque a construção esteve parada durante muito tempo, por falta de financiamento”, refere José Carlos Ferreira, presidente da instituição, acrescentando: “O arranque deu-se com financiamento privado, da instituição e de donativos. Fez-se, em 2010, o tosco, o esqueleto do edifício e, depois, a obra esteve cerca de 10/12 anos parada a construção”.

Para além dos constrangimentos financeiros e de alguns problemas burocráticos na Câmara Municipal de Pombal, o Lar da Felicidade não tinha para onde crescer.

“O terreno da instituição cingia-se ao ocupado pelo edifício-sede e não tínhamos mais terreno, tanto que o piso de baixo era só uma garagem e o resto estava debaixo de terra”, conta Cristina Ribeiro, relatando o que se seguiu: “Então, tentámos negociar com os proprietários dos terrenos atrás da instituição, uns aceitaram e outros não, e o processo arrastou-se nisto. Passados uns anos, as compras avançaram e conseguimos crescer. A parte de baixo fez-se na mesma a garagem e a outra parte que estava debaixo de terra tem, agora, gabinetes técnicos, sala de convívio, refeitório, copa e outras valências, e, assim, o piso de cima só ficou com quartos, com vistas para o amplo jardim da instituição”.

O ‘timing’ do retomar a obra pode não parecer o mais óbvio, mas foi um aproveitar de oportunidades por parte da instituição.

“Aproveitámos a altura da Covid para avançar, porque abriu o PARES 3.0 e, como já tínhamos um investimento de mais de 300 mil euros na estrutura, avançámos com a candidatura para recuperar o investido e terminarmos a obra com a fase de acabamentos”, relata Daniel Mota, tesoureiro da instituição, que conclui: “Conseguimos o financiamento, a obra foi concluída em dezembro de 2021, inaugurada em janeiro de 2022 e entrou em funcionamento a



1 de fevereiro”.

E como a instituição só fechou portas nos confinamentos obrigatórios durante a pandemia de Covid-19, a instituição aproveitou para requalificar o Centro de Dia interiormente, através de uma candidatura ao FEDER.

“Como não podíamos ter aqui os idosos, aproveitámos a ocasião e o financiamento para melhorar as condições, enquanto as colegas do Centro de Dia foram afetadas ao SAD”, conta Cristina Ribeiro.

Atualmente, o Lar da Felicidade acolhe 21 utentes em, 20 em Centro de Dia e 25 em SAD, mas tem também uma resposta para a infância, a Creche Lua Nova, onde cuida de 82 petizes.

“A creche era uma creche privada, denominada Creche Lua Nova, fundada em 2003. Até julho de 2009 funcionou como uma creche privada e era propriedade de um grupo de empresário. No entanto, a resposta tinha vários problemas, porque nessa altura não havia crianças, as mensalidades aumentavam e muitos dos pais não tinham possibilidades. Então, eles queriam ter acordo de cooperação com a Segurança Social como privados, o que foi recusado”, começa por recordar Cristina Ribeiro, prosseguindo: “E foi-lhes sugerido doar ativos e passivos à IPSS que já existia na freguesia e, assim, o fizeram e deixaram de ter a responsabilidade do



empréstimo bancário, que era o que os estava a sufocar. Em Assembleia Geral foi aprovada, apesar de algumas questões levantadas, porque a instituição teve de assumir a dívida ao banco de mais de 550 mil euros. Para tal, o Lar da Felicidade teve de contrair um empréstimo bancário a 16 anos e que foi liquidado em 2024. Neste momento, a creche não deve nada”.

Quando a creche passou para a instituição, ainda esteve mais de um ano a funcionar sem acordos, em 2011 fez o primeiro acordo para 10 crianças, para uma capacidade de 33. Depois, com o PROCOOP recebeu mais cinco acordos, depois de 15 passou para 23 e só então chegou aos números antes da entrada em pleno da gratuidade.

“Financeiramente, a instituição saiu beneficiada com a Creche Feliz, porque só tínhamos 33 acordos e eram 42 crianças. Antes, era a única resposta social que dava sempre prejuízo”, aponta Daniel Mota, ao que Cristina Ribeiro acrescenta: “Não era só por questões de rendimento, até porque por aqui há pessoas com bons rendimentos, o problema é que era a pagar e os pais preferiam deixar os filhos nos avós. Agora não há avós, vai tudo para a creche porque não se paga”.

Enquanto a diretora-técnica realça que, “agora, não há valores incobráveis”, o tesoureiro sustenta: Também temos aí muita gente a viver bem, mas a descontar do ordenado mínimo, mas antes só havia dois ou três pais que pagavam a mensalidade máxima. Para o Lar da Felicidade foi benéfico, há quem possa dizer que, entretanto, o valor se tornou insuficiente, porque, se calhar, em vez de afetarem mais 10 pessoas à resposta, puseram logo 20! Por vezes, podemos pensar que temos poucas pessoas, mas financeiramente não podemos ter mais. Temos o quadro de pessoal que nos é exigido pela Segurança Social e chega”.

Se o prejuízo que a creche dava anteriormente, agora é atenuado pela Creche Feliz, ainda assim “a situação financeira está um bocadinho complicada”, porque a instituição teve de recorrer a uma conta-corrente caucionada.

“Os PRR são, pelo menos, quatro meses para os autos, depois dois meses até virem ver e mais dois meses para pagarem. Então, para não termos atrasos, abrimos uma conta-corrente caucionada e utilizamo-la sempre que precisamos. Quando recebemos, amortizamos 100% ou 60%. Não está fácil, mas a situação está controlada”,



afirma o tesoureiro, especificando: “Em termos de investimento financeiro, ainda estamos a pagar o relativo à ERPI, o da Habitação Colaborativa e ainda mais. Quando decidimos avançar para a Habitação Colaborativa, sabíamos que tínhamos 26 mil euros por utente, o que dava 442 mil, que o PRR aprovou. O concurso no final foi por 600 mil e o PRR ainda nos deu uma majoração de 20%, que deu 530 mil. Ora, aqui tínhamos de investir 70 mil euros. E, depois, temos 265 mil do resto, para o qual também houve concurso, mas não houve financiamento. E este valor diz respeito ao sítio onde se puseram as casas, ao arruamento, aos esgotos, à água, à eletricidade”.

Sem contar até agora com qualquer apoio financeiro da autarquia de Pombal, os responsáveis pela instituição mostram o seu desagrado. “A Câmara entra a falar, mas ações não há. Desde que este executivo lá está, a instituição não recebeu nada. O apoio da Câmara foi o projeto da Habitação Colaborativa, mas o da especialidade já foi feito pela instituição. Se fosse por este executivo, a obra ainda não tinha sido inaugurada. Há a promessa de dar 50% em setembro e 50% no próximo ano, mas não sabem se ganham as eleições...”, lamenta o presidente da instituição.

Acabada de inaugurar o complexo de Habitação Colaborativa, a instituição tem outros projetos já em marcha, como melhorar o SAD, para requalificação da cozinha e da lavandaria e remodelação para criar mais dois lugares, fruto de uma candidatura ao PRR, cujo concurso público, no valor de 85 mil euros, vai ser, entretanto, lançado.

“Temos ainda uma intervenção na creche, porque temos uma sala vazia que vamos transformar em mais um berçário, pelo que ficaremos



com dois berçários. Com este PRR, teremos mais 10 crianças e com um outro PRR, que já foi a concurso, vamos criar mais duas salas, para 14 e 18 crianças mais. As salas já as tínhamos, foi uma intervenção para fazer melhorias em termos de eficiência energética”, conta Cristina Ribeiro, que continua: “Vamos abrir um concurso público, no âmbito da mobilidade verde, para adquirir um carrinho elétrica para o SAD, que já é a segunda que conseguimos desta forma. Um outro projeto é a ampliação da ERPI, através de uma sala de convívio que não é utilizada e onde pretendemos criar três quartos, ou seja, mais sete camas. Colocámos o pedido ao Centro Distrital, mas veio um parecer desfavorável, porque estão a agregar o Centro de Dia, pelo que temos que dar alguns esclarecimentos. Como isto é unido por um túnel, estão a considerar apenas um edifício”.

E porque os horizontes da instituição vão para lá do hoje, já foram pedidos orçamentos para uma ampliação da ERPI, “para elaborar uma candidatura ao PARES 4.0 que aí vem”, diz Cristina Ribeiro, completando a estrutura um L, criando mais cinco quartos e, por baixo, um ginásio para fisioterapia e mais algumas valências”.

Para além de todas estas respostas, o Lar da Felicidade ainda confeciona e serve 180 refeições/dia para o Centro Escolar de Meirinhas.

CREVIDE – CRECHE POPULAR DE MOSCAVIDE, LISBOA

Instituição vai gerir nova creche com capacidade para 84 crianças

Na freguesia dos Olivais, em Lisboa, há uma resposta social nova, a Creche Almada Negreiros, que irá abrir em setembro, com 84 vagas, e que pretende responder às necessidades da população em termos de equipamentos de apoio à infância.

O novo equipamento municipal resulta de um investimento de mais de 2,4 milhões de euros e começou a ser construída, de raiz, em março de 2023, aproveitando um terreno abandonado, na Rua Almada Negreiros, junto ao Mercado dos Olivais.

Inaugurada pelo edil Carlos Moedas, a nova creche vai ser gerida pela Crevide – Creche Popular de Moscavide, IPSS associada da CNIS, que atua na área de Lisboa desde 1976, na prestação de serviços de apoio social à família e comunidade.



Com capacidade para acolher 84 crianças entre os 0 e os 3 anos, o equipamento junta-se a outros três que a instituição de Moscavide tem para esta resposta social.

Pela Crevide, António Carlos César sublinhou

que é na creche “que começa a igualdade de oportunidades das crianças, que se estimula a coesão social, que se faz a integração da população migrante e imigrante”.

“Vamos fazer uma integração clara de classes sociais heterogêneas para que haja uma igualdade de sociedade para todas essas crianças, vamos elevar o sentido cultural das mesmas e vamos promover experiências que, de outra forma, algumas crianças não teriam possibilidade de vir a ter”, acrescentou António Carlos César.

Concordando com a diversidade, o presidente da Câmara disse que a creche vai ter “lisboetas que vêm de muitos sítios”, porque a cidade é feita de lisboetas muito diferentes e é essa a riqueza de Lisboa: “Essa riqueza começa aqui na creche em que essa diferença passa a ser uma força, passa a ser algo único para a sociedade”.

ESPAÇO T, PORTO

Casa do Mundo – Porto Intercultural inaugurada oficialmente

O Espaço t já inaugurou oficialmente a Casa do Mundo – Porto Intercultural, um novo espaço dedicado à integração, empregabilidade e capacitação de imigrantes e refugiados.

Prosseguindo o seu trabalho de inclusão e integração dos imigrantes que chegam e vivem na cidade do Porto, o Espaço t criou assim um espaço de formação intercultural e artística, de apoio ao imigrante (gabinete jurídico, gabinete de emprego, gabinete de apoio social), onde existirão ainda salas de conferências,

Galeria de Arte Intercultural e uma Biblioteca Intercultural Multilingue.

Por outro lado, a Casa do Mundo - Porto Intercultural é um local que alberga um conjunto alargado de instituições/associações que trabalham em diferentes áreas e com diferentes públicos para a interculturalidade, a inclusão das comunidades imigrantes e a sensibilização para a aceitação da migração e o combate à discriminação e à xenofobia.

Em junho, o Espaço t realizou o seu



congresso «30 d’Amor, um Congresso Sobre Arte, Inclusão e Felicidade», no qual foram debatidos temas de grande interesse e com grande profundidade, tendo os diferentes convidados e oradores partilhado ideias e perspetivas sobre os diferentes temas em discussão.

FUNDAÇÃO ADFP, MIRANDA DO CORVO

Visitas Noturnas ao Parque Biológico da Serra da Lousã estão de volta

Perante o sucesso das experiências anteriores, as Visitas Noturnas ao Parque Biológico da Serra da Lousã estão de regresso este verão com novas datas.

A Fundação ADFP divulgou as novas datas para as Visitas Noturnas que são 19 de julho, 2 e 14 de agosto e 6 de setembro, sempre a partir das 21h00.

“Esta é uma oportunidade única para explorar os caminhos do Parque sob a luz das lanternas, numa experiência imersiva que permite observar os hábitos noturnos dos animais autóctones portugueses, como saca-rabos, ginetas, texugos ou raposas, espécies geralmente escondidas durante o dia.

Durante as visitas, os participantes são convidados a descobrir a magia da natureza à noite, num ambiente tranquilo e educativo que promove o contacto direto com a biodiversidade.

A visita tem inscrição obrigatória e requer

um mínimo de 10 participantes e, para participar, basta fazer a reserva através do telefone 915 361 527 ou por e-mail para parquebiologico@adfp.pt.

Os visitantes devem levar consigo uma lanterna para melhor desfrutarem da experiência.

O Parque Biológico da Serra da Lousã é uma das principais atrações turísticas da região e é composto por quatro áreas principais: o Parque Selvagem, a Quinta Pedagógica, a zona museológica e um labirinto de árvores de fruto.

No espaço é possível observar de perto animais como ursos pardos, lincos, lobos, javalis, veados e aves de rapina, entre muitas outras espécies.

NOVO CONCURSO

Por outro lado, a Fundação ADFP abriu um novo concurso para intervir no Hospital S. João, na Lousã, depois de o anterior ter ficado

deserto.

O concurso internacional, com o valor previsto de 5,9 milhões de euros, fechou sem qualquer proposta, pelo que o novo procedimento concursal aumenta a previsão de custos para os 6,76 milhões de euros.

As obras permitirão criar um total de 100 camas no antigo Hospital S. João, onde funcionou o Centro de Saúde. 57 dessas vagas destinam-se a uma ERPI e assenta no processo iniciado pela Santa Casa da Misericórdia, já para a Unidade de Cuidados Continuados de Convalescença estão destinadas 43 camas. Os cuidados de convalescença garantem os cuidados de saúde imediatos após tratamento no Hospital da Universidade de Coimbra, antes do doente ter condições de ir para o domicílio ou para uma resposta menos especializada.

O prazo para apresentação de propostas é de 30 dias.

CENTRO SOCIAL VALE DO HOMEM, VILA VERDE

Clube dos Pequenos tem horário alargado e flexível entre as 6h30 e as 00h30

Com obra e trabalho reconhecido unanimemente na área dos idosos e das demências, o Centro Social do Vale do Homem (CSVH), sediado em Vila Verde, abraçou recentemente a área da infância e abriu, em Braga, uma creche diferenciada.

O Clube dos Pequenos, situado em Gualtar, é um espaço que oferece berçário, creche e babysitting, com o objetivo de apoiar os trabalhadores do Hospital de Braga e da Universidade do Minho, mas também para servir a comunidade envolvente.

A grande diferença do Clube dos Pequenos para as demais creches é o horário alargado e flexível.

“São 18 horas de funcionamento por dia, das 6h30 às 00h30, em que os pais têm a liberdade de trazer a criança à hora que bem entendam, face ao seu horário laboral”, explica Jorge Pereira, presidente do CSVH, ao que a diretora pedagógica Ana Névoa acrescenta: “O Clube dos Pequenos tem horário alargado, das 6h30 às 00h30, o que torna a creche muito diferente da normal. E temos crianças a frequentar o horário normal, outras só à tarde e, depois, as que frequentam à noite”.

Com o propósito de proporcionar aos profissionais daquelas duas instituições um lugar seguro e flexível no qual possam deixar os filhos, sem restrições de horário, a instituição, em seis meses já o comprovou.

“Cerca de 60% dos pais das crianças estão ligados ao Hospital e à Universidade, sendo os restantes da comunidade envolvente”, afirma Jorge Pereira.

Com uma capacidade de 92 crianças, totalmente completa, o Clube dos Pequenos disponibiliza ainda uma Sala de Amamentação e um serviço de Babysitting, entre as 6h30 e as 00h30.

“A sala de amamentação é para as crianças que cá estão e cujas mães ainda amamentam”, explica o presidente da instituição, acrescentando: “A sala de babysitting é para as crianças que cá estão num qualquer dia extra, mas também para outras crianças cujos pais tenham algo a tratar, seja de dia ou de noite, e deixam aqui a criança durante um período curto de tempo. Isto, independentemente de a criança ser utente da creche ou não”.

Sobre o Clube dos Pequenos, que funciona com um acordo atípico, mas no âmbito da Creche Feliz, Jorge Pereira reforça: “Creche Mais Feliz, porque temos horários mais alargado e mais flexível e temos um acordo atípico desde 1 de julho para os 92 petizes”.

Orçada em 2,2 milhões de euros e executada em 10 meses, com o apoio de 975 mil euros do PRR, a construção do Clube dos Pequenos, “para além da Câmara Municipal de Braga ter contribuído com a cedência do terreno, os conselhos de administração do Hospital e da Universidade deram pareceres favoráveis à construção da creche e também a Comissão de Trabalhadores do Hospital de Braga, que acompanhou todo o processo até à abertura, fazendo alguma divulgação dos serviços prestados”, revela o presidente do CSVH.



Apesar de estar a dar os primeiros passos na área da infância, a instituição de Vila Verde, um pouco em contracorrente com o que se sente em algumas zonas do país, não teve dificuldades em contratar a equipa de 31 funcionárias, cinco delas educadoras de infância.

“Não tivemos dificuldade em contratar pessoal, até porque o CSVH está com muito boa imagem e tem defendido publicamente a valorização dos trabalhadores do Sector Social Solidário, não só com referências, mas também com ações. O nosso salário mínimo é sempre acima do salário mínimo nacional. A equipa está estabilizada e a um mês da abertura já tínhamos a equipa contratada e em formação”, argumenta Jorge Pereira, ao que Andreia Costa, diretora de serviços do CSVH, acrescentou: “Na formação da equipa, tivemos a preocupação de contratar gente nova, mas também pessoas com experiência na área, até porque era uma área nova na instituição, e a dra. Ana Névoa é um exemplo disso. Tentámos que os elementos da equipa trouxessem já algum conhecimento e experiência”.

O Clube dos Pequenos entrou em funcionamento em dezembro de 2024 e foi inaugurado a 30 de maio deste ano.

Sobre os primeiros seis meses da creche, Ana Névoa mostra-se bastante satisfeita: “O balanço é muito positivo, o feedback dos pais é muito positivo, tem recomendado a nossa creche e questionam se temos vagas para pessoas conhecidas. As nossas crianças são muito felizes, pelo que o balanço é extremamente positivo. Os colaboradores também gostam de trabalhar aqui, pelo que, para já, está tudo a correr bem”.

“O balanço é muito positivo, terminámos os seis meses com a cereja em cima do bolo, com a inauguração da creche, com presença da secretária de Estado Clara Marques Mendes, no âmbito do Dia Mundial da Criança, sendo que na véspera tínhamos assinado o acordo atípico que queríamos, a bem das famílias, porque sempre defendemos que os profissionais que trabalham em horários noturnos têm de ter os mesmos direitos

que os outros pais. Demorou seis meses a assinar este acordo atípico, a bem dos nossos trabalhadores e dos pais, mas está assinado”, conta Jorge Pereira, que acrescenta: “Seis meses de tudo positivo, porque não tivemos reclamações de nenhuma coisa grave, mas sim algumas sugestões para um melhor funcionamento. Esta é uma área nova no CSVH e sendo logo uma creche atípica, era também um desafio para nós. Hoje, passados estes seis meses de sucesso, estamos cheios e os pais satisfeitos”.

E a prova disso é que “o CSVH já foi desafiado pelo município de Braga, que cedeu um terreno em Merelim (S. Pedro), uma das grandes freguesias do concelho, para construirmos uma creche, não como esta, nem com estas dimensões, será para 46 crianças, mas com horários normais e onde queremos implementar a não interrupção letiva”, revela o presidente da instituição vilaverdense, que acrescenta, com orgulho: “Por outro lado, o município de Vila Verde também já nos desafiou e cedeu-nos um jardim de infância desativado para transformarmos em creche. Estamos à espera da abertura do PARES para avançarmos com essas duas creches em Merelim e em Pico de Regalados, que serão mais dois Clubes dos Pequenos, o nome que daremos a todas as nossas creches”.

E os interessados no Clube dos Pequenos não se cingem ao distrito de Braga.

“Temos tido muitas instituições a visitar-nos para perceberem melhor o funcionamento”, refere Ana Névoa, ao que Jorge Pereira acrescenta: “Já recebemos visitas de instituições de Palmela e de Vila Real, o que nos deixa satisfeitos. Está hoje já em construção, pela AIPAR - Associação de Proteção à Rapariga e à Família, em Faro, uma creche cuja base de inspiração é o Clube dos Pequenos e outra pela Universidade de Coimbra, que tinha duas creches e vai concentrar a resposta apenas em uma creche... como a nossa”.

ALEXANDRA LOPES, INVESTIGADORA E COORDENADORA DO PROJETO LETS-CARE

Se queremos um cuidado de qualidade temos de ter um trabalho de qualidade

Portugal é um dos sete países da União Europeia que integram o projeto de investigação comparativa LeTs-Care (Learning from Long-Term Care Practices for the European Care Strategy), que visa identificar e difundir políticas e práticas relevantes para enfrentar os desafios dos cuidados de longa-duração.

Com o propósito de desenvolver cuidados integrados, centrados na pessoa, acessíveis e com qualidade, geradores de emprego de qualidade, a equipa de investigação LeTs-Care está a abordar questões-chave para compreender melhor os desafios, as oportunidades e as limitações dos cuidados de longa-duração, abordando três questões essenciais:

- Quais são os principais desafios que os sistemas europeus de cuidados estão a enfrentar?
- Que soluções podem melhorar a qualidade e a acessibilidade aos cuidados?
- Como é que as famílias, os prestadores de serviços, a academia e os legisladores podem trabalhar em conjunto para melhorar os sistemas de cuidados prolongados?

O projeto, que arrancou em abril de 2024 e termina no final de 2027 e é financiado pelo Programa Horizonte Europa, é liderado em Portugal pela equipa de investigadoras sociais Alexandra Lopes e Rute Lemos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O SOLIDARIEDADE deslocou-se à academia e conversou com a investigadora Alexandra Lopes, que desvendou um pouco o que é o LeTs-Care e como as IPSS são elementos cruciais no processo e como dele podem beneficiar.

E porque o futuro está ao virar da esquina mais próxima, “a intenção é organizar, ainda este ano, um grande evento para apresentação dos resultados, que, neste momento, estão em validação”, revela Alexandra Lopes, sublinhando: “Um grande evento em Portugal para partilhar o que já há e, assim, termos mais um momento de reflexão nesta lógica dos laboratórios de políticas Públicas”.

SOLIDARIEDADE - O que é o projeto LeTs-Care?

ALEXANDRA LOPES - Na realidade o acrónimo LeTs-Care faz alusão aos cuidados e aos cuidados de longa-duração, mas remete para um nome em extenso que é ‘Learning from Long-Term Care Practices for the European Care Strategy’ [Aprender com as práticas de cuidados de longa-duração para a Estratégia Europeia de Cuidados]. O projeto surge na sequência da publicação, em setembro de 2022, de legislação europeia para os cuidados. Estamos a assistir, finalmente, a nível europeu a passos mais substanciais, por parte da Comissão Europeia, no sentido de rever a agenda dos cuidados. A Europa é um continente envelhecido, e continua a envelhecer, e as necessidades de cuidados, muito associadas ao envelhecimento, têm vindo a acumular pressão sobre



os sistemas e os países, de uma maneira geral, confrontam-se com desafios comuns. Portanto, faz sentido pensar neles a partir de soluções e de estratégias que possam ser comuns ou, pelo menos, partilhadas.

Este é um projeto que conta com sete países, dos 27 da União Europeia?

Este projeto agrega sete países, mas não os 27, pois tornar-se-ia complicado de desenvolver. No projeto estão sete países, que representam, de alguma forma, a variedade de modelos de organização dos sistemas de proteção social e de saúde que temos na Europa. Assim, está Portugal, Espanha, Itália, Lituânia, Áustria, Dinamarca e Países Baixos. É uma variedade interessante de países que estão em diferentes momentos e têm diferentes tradições na área dos cuidados. No caso de Portugal, o sector das IPSS e das Misericórdias representa, de facto, a fatia de leão no que diz respeito aos cuidados, tendo uma capacidade muito grande de influenciar para onde o sistema caminha.

É aí que entra a CNIS como parceiro no projeto?

Sim e é muito importante a nossa relação com a CNIS e com o sector de uma forma geral. O Projeto LeTs-Care não é orientado para a produção de recomendações para indicar práticas, não é esse o marco do projeto, mas há um momento que é absolutamente fundador, ou seja, a forma como vamos responder aos desafios só se faz com todas as partes envolvidas, sobretudo com aquelas que têm um papel preponderante na área dos cuidados, como as IPSS.

Daí que um dos objetivos do projeto passa por envolver famílias, prestadores de serviços, academia e legislador?

Exatamente. Toda a investigação do projeto é colaborativa e integradora. Isto não se faz dentro de gabinetes, nem apenas com base em análises teóricas, tem de envolver todos os stakeholders. Até à data, e a Estratégia Europeia para os Cuidados acaba por refletir isso, tem predominado uma abordagem em que se procuram identificar casos de sucesso, que, no sector dos cuidados, são sempre os países nórdicos. Assim, tem dominado a busca das boas práticas, acreditando-se que é possível transportar essas boas práticas para outros locais, sempre numa lógica de replicação. O LeTs-Care rejeita esse modelo de replicação. As práticas acontecem em contextos e os contextos são locais, nacionais e, por vezes, subnacionais. Têm que ver com aquilo que são a História dos diferentes países, os seus marcos culturais e normativos, as suas dinâmicas sociais, económicas, políticas e até religiosas. Isto de acreditar que uma prática que é bem-sucedida num determinado contexto será, automaticamente, bem-sucedida noutra, para nós, é uma falácia. E a ciência tem produzido evidência relativamente a isso.

Porque o que funciona no norte da Europa não funciona, necessariamente, no sul...

Pode funcionar, mas não é certo que funcione. Pelo contrário, aquilo que, por vezes, à luz de abordagens estandardizadas e muito focadas em indicadores quantitativos nos podem parecer práticas particularmente positivas, elas em contexto podem ser positivas e podem funcionar bem.

Então, o LeTs-Care propõe-se desvendar estes contextos, perceber o que é que funciona e o que não funciona em cada contexto e porque é que é assim.

E como é que isso se faz?

Na prática, isto traduz-se numa sequência de 18 estudos etnográficos. Foram selecionadas, nestes sete países, 18 práticas ou serviços. Em Portugal são a Teleassistência, a Assistência Pessoal e os Cuidados Continuados. Estas três práticas vão ser analisadas com grande profundidade no nosso contexto. Em Espanha foram selecionadas a Habitação Colaborativa e a Teleassistência, na Dinamarca o Serviço de Enfermagem Social e os 'nursing homes' (lares). Ou seja, há um conjunto diversificado de tipos de serviços que têm em comum o facto de não serem a resposta clássica que conhecemos e que existem em todos os países, como, por exemplo, as ERPI ou os SAD em Portugal, que estão amplamente estudadas. O foco empírico do LeTs-Care tem que ver com práticas novas e que são aquelas que é importante perceber qual é o potencial de transferência, mas fazendo acompanhar isso de uma análise muito cuidada de quais são os contextos em que acontecem e se desenvolveram. Se os elementos de um contexto não estiverem presentes no outro, a resposta não vai ser transferida dessa forma.

Nessa avaliação de contextos, a nível nacional, também são tidos em conta os diferentes contextos, como, por exemplo, do interior e do litoral?

Por isso dizia que os contextos são nacionais e subnacionais. Outro erro frequente é olhar para as coisas como se tivéssemos um todo homogêneo. Há o rural-urbano, mas há mais, porque o sul, o centro e o norte não são a mesma coisa. Os grandes centros urbanos não são exatamente a mesma coisa. Há uma série de camadas que têm de ser obrigatoriamente consideradas. E utilizamos a etnografia porque nos permite uma imersão a fundo no contexto, com a presença do investigador e a interação com todos os 'players' que se movimentam nesse contexto. E o objetivo do LeTs-Care, ao produzir este conhecimento contextualizados, é também dinamizar nos diferentes contextos todo um exercício de reflexão e de diálogo. O reconhecimento de que as coisas acontecem em contexto também envolve reconhecer que é muito difícil pensarmos fora desse contexto. Ou seja, quando discutimos em Portugal aqueles que são os desafios e as soluções, tendemos a trabalhar num espaço que é um espaço de ideias muito fechado. Isto é, trabalhamos sobre o que conhecemos e o que estamos habituados a reconhecer. Depois, há muita dificuldade em olhar e desmontar aquilo e sair da caixa. Portanto, uma das ambições do LeTs-Care é, ao produzir o conhecimento contextualizado e ao promover a partilha desse conhecimento, confrontar os contextos com contextos diferentes, para os obrigar a tomar consciência daquilo que são as características do próprio contexto. E ao fazê-lo, identificar também aquilo que são os constrangimentos.

É aí que entram os Laboratórios de Políticas Públicas, em que participam todos os agentes no terreno, entre os quais a CNIS?

Precisamente, são locais para partirmos pedra em conjunto, elaborar contexto e pensarmos. No



fundo, os laboratórios são momentos mais organizados onde os stakeholders são confrontados com o conhecimento que os próprios ajudam a produzir. É como olharmo-nos ao espelho e vermo-nos de ângulos diferentes daqueles a que estamos habituados e, de repente, começarmos, se calhar, a pensar de outra forma sobre aquilo que fazemos, como fazemos e isso, também, nos tornará mais disponíveis para contemplar caminhos alternativos. Por isso, é que estes laboratórios fazem parte de um 'work package' do projeto que tem que ver com o desenvolvimento de 'policies tools'. No fundo, são instrumentos, processos de aprendizagem de Política Pública, não no sentido da política partidária, mas da forma como nós identificamos e refletimos sobre problemas, como é que os classificamos em termos de prioridade e pensamos soluções para esses problemas. Quem estuda estas matérias há muito tempo, como nós, não consegue evitar a sensação de andar num círculo vicioso. Não saímos muito do sítio onde estamos, mesmo quando abordamos a inovação, é sempre muito contida. Não estando no horizonte do LeTs-Care propostas disruptivas, aliás, se alguma coisa percebemos é que não há grande espaço para disrupção, há espaço para trabalhar de forma incremental, mas é preciso pensar isto de forma diferente.

E em que fase está o projeto?

Acabámos agora o primeiro 'work package', que está na fase de validação pela Comissão Europeia, para depois haver a publicação. Este primeiro 'work package' consistiu, essencialmente, na sistematização daquilo que são os significados de conceitos-chave, que todos usamos na Europa. Não pensamos muito sobre eles e pensamos serem consensuais, mas estão longe de o ser. O que são cuidados? O que é cuidar? O que é qualidade? O que é a sustentabilidade dos cuidados? O que é o trabalhador do cuidar? Isto são coisas muito diferentes nos diferentes países. E dentro dos países também significam coisas diferentes consoante o stakeholder ou a região. E aqui, se calhar, estamos a laborar no primeiro erro, que é o de acreditarmos que partilhamos um

vocabulário comum, que não partilhamos. E isso vai condicionar a forma como o próprio problema é pensado no contexto e quais os horizontes, mais ou menos, possíveis nos diferentes contextos para discutir e agir sobre um tema específico.

Essa, digamos, é uma fase fechada, apenas à espera de validação e publicação, mas o trabalho continua?

Sim, o próximo 'work package', que já está em andamento, é o que envolve os estudos etnográficos. Em Portugal, acreditamos que terminaremos ainda em julho o estudo da Teleassistência e após o verão começaremos com o dos Cuidados Continuados, cuja operacionalização vai ser em unidades de Lisboa. E vamos, mais ou menos, na mesma altura avançar com o da Assistência Pessoal, para o qual iremos trabalhar com alguns Centro de Apoio à Vida Independente, provavelmente, aqui no norte. Em simultâneo, começámos com um 'work package' dedicado ao desenvolvimento das tais 'policies tools', mas está ainda a dar os primeiros passos. Estes primeiros laboratórios foram mais para ver como é que os stakeholders reagem...

E como é que reagiram os diferentes agentes, mostraram-se disponíveis e participativos?

O balanço foi muito positivo. É um formato que não é muito habitual em Portugal, sobretudo, laboratórios que juntam stakeholders que raramente se juntam. Este é um momento importante e, se calhar, foi um momento em que alguns se sentaram, pela primeira vez, à mesma mesa. Foi sem guião e sem a preocupação da representação institucional, que também é uma dimensão importante. No entanto, o que queremos é criar espaços para diálogos invulgares, diálogos sem redes de segurança, mas com muita segurança e tranquilidade, possamos, em conjunto, colocar o dedo na ferida e discutir o que é que, efetivamente, está em causa e procurarmos o que são caminhos credíveis de desenvolvimento. No final desta primeira ronda de laboratórios, em que houve uma sessão presencial e duas em plataformas virtuais, considero que foram muito positivos

e ficamos bastante tranquilas com aquilo que percebemos poder ser uma disponibilidade, uma grande vontade e uma quase necessidade de ter discussões sobre temas que lhes interessam e a partir de perspetivas que não são as mais habituais. O LeTs-Care não envolve avaliação, nós não avaliamos nada e isso é importante também para a forma como estas discussões se processam. Estamos entusiasmadas com a forma de continuar isto e, agora, até de uma forma mais intensa, ou seja, termos mais momentos de encontro e mais stakeholders envolvidos.

Portanto, sentiram abertura por parte dos demais agentes?

Sentimos e não só em participar. Seria invulgar, num contexto com este tipo de enquadramento, convidarmos as instituições e elas declinarem, até porque há toda uma dimensão institucional. O que nos agradou e consideramos mais positivo foi a qualidade da participação. Confesso que estávamos, inicialmente, expectantes sobre a adesão a uma metodologia de trabalho e discussão que não é habitual. Tivemos uma resposta muito positiva e aberta e constatámos um certo sentido de urgência em discutir estas matérias e de termos que tomar decisões sobre o que vai ser o futuro próximo. Como está, não é sustentável muito mais tempo.

No seguimento disso, “temos de encontrar soluções”, estudadas as respostas, no final haverá recomendações?

Recomendações, sim, mas não necessariamente sobre cada uma das práticas. No LeTs-Care temos quatro ou cinco grandes eixos de análise e que têm relação direta com os desafios que todos os países, neste momento, enfrentam. Há um problema gigante ao nível do trabalho no sector dos cuidados. Não temos trabalhadores suficientes, é um trabalho que tem características muito específicas, muito mal remunerado, não reconhecido socialmente e duro, mas é um sector que não é viável sem trabalhadores. E se queremos um cuidado de qualidade, temos de ter um trabalho de qualidade. E este é um desafio gigante na Europa, que é o desafio do trabalho. Como é que conseguimos tornar este trabalho mais atrativo? E um dos objetivos do LeTs-Care é perceber aquilo que, em cada uma das práticas analisadas, pode ser aprendido para enfrentar este desafio do trabalho. Outro objetivo importante tem que ver com a pressão da quantidade, porque cada vez há mais pessoas a precisar de cuidados, e por várias razões. Por exemplo, em Portugal, uma dessas razões tem que ver com a erosão daquilo que são as formas tradicionais de prestação de cuidados,



nomeadamente, os cuidados informais. Este é outro desafio enorme em todos os países da União Europeia. Não é possível cuidar todas as pessoas com cuidados formais, pelo que os cuidados informais vão ter um lugar e temos de perceber qual é, qual é que tem de ser, como é esse lugar e como vai ser protegido.

Os cuidados são um sector de pessoas para pessoas, mas, nos tempos que correm, a tecnologia pode ser importante?

Ora bem, têm sido observados avanços muito grandes ao nível das tecnologias para os cuidados, mas, por vezes, há uma crença, até certo ponto ingénuo, de que a tecnologia pode resolver tudo. E isso não corresponde inteiramente à verdade. Apesar de tudo, há um potencial que é preciso explorar. E interessa muito perceber qual o lugar da tecnologia neste sector e quais são as potencialidades que devem ser exploradas.

Apesar de não ter como propósito fazer avaliações e recomendações, é intenção do LeTs-Care mudar atitudes e comportamentos?

Sem dúvida, a mudança é o propósito. Não faria sentido analisar para legitimar o status quo. O que está em causa é encontrar caminhos, que serão, em certa medida, de mudança, que nos permitam, com algum otimismo, acreditar que vamos conseguir dar resposta aos enormes desafios que vamos enfrentar e que não são para

daqui a uma década. São para agora! Temos de ter consciência que temos muitas pessoas que se encontram numa situação muito difícil, porque não encontram resposta às suas necessidades de apoio. Temos muitas pessoas acamadas em casa sem receber qualquer tipo de cuidados!

E face ao envelhecimento crescente da Europa, este é um cenário que tende a agravar-se?

Sou otimista e continuo a defender que, em Portugal, temos de trabalhar, em paralelo, as questões da prevenção e da promoção do envelhecimento mais saudável. Portugal, no quadro europeu, é dos países com mais longevidade, mas em dois terços desse período as pessoas não têm qualidade de vida. No nosso país, para além da pressão do crescente número de pessoas a necessitar de cuidados, há ainda o longo período em que os portugueses vivem a precisar de cuidados. Portugal é, no plano europeu, o país com uma das menores percentagens do PIB alocadas aos cuidados, pelo que ter financiamento é importante, mas os recursos não são ilimitados. Por isso, temos de encontrar as formas mais eficientes e que fazem mais sentido na lógica do investimento social. Para além de que Portugal tem um outro enorme problema que é a desigualdade, que no sector dos cuidados é particularmente visível.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

Entre os dias 8 e 11 de julho de 2025 decorreu, na Universidade dos Açores, o XIII Congresso Português de Sociologia, subordinado ao tema «Democracias à prova: riscos e incertezas».

Presentes, as representantes nacionais do consórcio LeTs-Care, Alexandra Lopes e Rute Lemos, apresentaram a seguinte comunicação: “O que é qualidade nos cuidados sociais para pessoas mais velhas? Dualidades e fragmentos de um conceito difuso”.

A partir do trabalho desenvolvido no âmbito do projeto LeTs-Care, reflete-se, nesta comunicação, sobre os significados de qualidade no

sector dos cuidados sociais para pessoas mais velhas em situação de dependência, em Portugal. A discussão parte do mapeamento desses significados na literatura científica, na legislação e nos discursos dos stakeholders que operam no sector. Foram analisadas 158 referências

publicadas nos últimos 10 anos, toda a legislação que regulamenta o sector dos cuidados e os discursos obtidos a partir de 15 entrevistas a stakeholders variados. A análise à evidência empírica mobilizada permite identificar algumas dualidades estruturantes na forma como o conceito de qualidade é entendido: qualidade técnica vs. qualidade experienciada; qualidade como resultado vs. qualidade como satisfação. Adicionalmente, registam-se elementos fragmentados que concorrem para uma definição vaga sem materialidade, destacando-se a associação de qualidade a conceitos como cuidado centrado na pessoa, ou liberdade de escolha. Na comunicação, além da apresentação do mapa de significados identificados em associação ao conceito de qualidade, discutir-se-á também as implicações desses significados para a resposta ao desafio da qualidade no sector dos cuidados sociais para pessoas mais velhas, em Portugal.

PAULO PEDROSO*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

A responsabilidade política e a crise das urgências

Duas grávidas perderam, com um intervalo de uma semana, os seus bebés depois de procurarem uma resposta de urgência num hospital público. Num dos casos, segundo o apuramento dos factos divulgado, o Centro de Orientação de Doentes Urgentes do INEM tentou durante uma hora encontrar uma urgência obstétrica disponível, tendo acabado por encaminhar a grávida para uma maternidade a uma distância que implicava uma hora de deslocação.

Estes factos minam gravemente a confiança dos cidadãos na resposta em situação de urgência, uma das áreas mais vitais de um serviço público de saúde. E ocorrem num domínio da saúde especialmente sensível e delicado.

As responsabilidades concretas sobre como foi possível a resposta demorar tanto, sobre como pode acontecer que nenhuma urgência da especialidade próxima esteja disponível, sobre quais as causas concretas dos acontecimentos, serão apuradas em averiguações próprias e específicas. Mas há no que ocorreu um outro nível de factos a apurar. Para confiarmos no nosso serviço público de saúde temos de estar seguros de que as articulações entre serviços ocorrem adequadamente, de que os recursos necessários estão a ser mobilizados, de que há quem saiba onde estão os problemas e esteja a agir para que eles sejam prevenidos e para que os seus efeitos sejam mitigados.

Um cidadão que observa a reincidência dos disfuncionamentos do serviço nacional de saúde vira-se inevitavelmente, nesta situação, para o que diz a tutela. Esta, até agora, limitou-se a uma resposta burocrática sobre cumprimento de protocolos, uma resposta que revela menosprezo pela responsabilização dos titulares dos cargos públicos pela comunidade, perante a qual os membros do governo respondem sobre a qualidade e os resultados dos serviços que tutelam.

A responsabilidade política não tem a ver com quem toma decisões concretas num caso concreto. Ai mede-se a responsabilidade dos intervenientes. A responsabilidade política é um dever geral de responder perante a comunidade pelos atos, omissões e decisões tomadas ou não que possam contribuir para que um problema



não tenha sido evitado ou para que os seus efeitos não tivessem sido devidamente mitigados, tem que ver com o dever de garantir, entre outros, a manutenção de resultados coletivos aceitáveis numa área política que se tutela.

Os resultados que está a conseguir o Ministério da Saúde nos governos de Luis Montenegro, dirigido desde o primeiro dia desses governos por Ana Paula Martins, não são aceitáveis. A garantia da resposta de urgência em saúde materno-infantil fez parte do Programa do XXIV Governo. As carências das equipas de urgência, em particular de Obstetrícia e Pediatria na Região de Lisboa e Vale do Tejo são conhecidas e o problema foi reafirmado pelo Programa do XXV Governo Constitucional. Os acontecimentos de que aqui falamos são novos, mas não as vulnerabilidades que a ele estão associadas. O Governo tem conhecimento das raízes do problema e é sua a responsabilidade de gerir os recursos, com os constrangimentos existentes, para que as tragédias não ocorram. É essa a origem da sua responsabilidade política.

A Ministra da Saúde tem óbvia responsabilidade política em tragédias a que a situação

nas urgências esteja associada e a ela e só a ela cabe identificá-las e assumi-las. Pode decidir que a sua responsabilidade não implica a sua saída do cargo e explicar-nos em que se fundamenta. Mas não pode dizer que a responsabilidade política por acontecimentos passados se assume agindo para prevenir eventos futuros. Nem sequer pode refugiar-se na ideia de que a sua missão termina quando o Primeiro-Ministro entender. A Ministra não é uma funcionária do Primeiro-Ministro, tem uma responsabilidade perante a comunidade, perante nós, que é individual e apenas e só sua. A responsabilidade política não começa quando se perde a confiança de outrem. São dois processos totalmente distintos na sua génese e na sua natureza, ainda que se misturem, nomeadamente quando um titular de cargo político não assuma a responsabilidade que lhe é devida.

A responsabilidade política é individual e indelegável, é um ato próprio e específico comandado pela consciência. Fugir desse julgamento de consciência é uma irresponsabilidade. Uma irresponsabilidade política.

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

Trova do Emigrante

1 –

Ei-los que partem
novos e velhos
buscando a sorte
noutras paragens
noutras aragens
entre outros povos
ei-los que partem
velhos e novos

Ei-los que partem
de olhos molhados
coração triste
e a saca às costas
esperança em riste
sonhos dourados
ei-los que partem
de olhos molhados

Virão um dia
ricos ou não
contando histórias
de lá de longe
onde o suor
se faz em pão
Virão um dia
ou não

2 – A ocupação do centro do debate político pela chamada questão da imigração, que explica o verdadeiro terramoto que marcou as últimas eleições para a Assembleia da República, fez-me regressar com nostalgia aos finais da década de 60 e primeira metade da década de 70 do século passado, quando os tempos livres dos jovens alunos dos últimos anos do liceu ou já na faculdade eram ocupados por idas ao cinema, em salões como então havia, com plateia e balcão – e mesmo 2º balcão e galeria –, ou em encontros em que se diziam poemas ou se cantavam baladas, da chamada “canção de protesto”, alimentando o entusiasmo juvenil numa causa comum a muita gente, a de marcar a distância e combater um regime opressor, inimigo das liberdades.

Como já referi algumas vezes, ao longo destas crónicas “à moda do Porto” que aqui vou desfiando há cerca de 20 anos, tratou-se de

uma década prodigiosa, essa que fez a transição da década de 60 para a de 70 do século XX, que antecedeu, preparou e antecipou a Revolução que nos restituiu a liberdade, a meio da década, em 1974, e que corresponde, grosso modo, ao período do Marcelismo.

Tínhamos a benevolência das associações, colectividades, centros paroquiais e organismos idênticos, que nos cediam salões e outros espaços da mesma natureza para reunirmos ao som das baladas de José Afonso, ou Adriano Correia de Oliveira, ou Francisco Fanhais, ou Manuel Freire, e também à declamação de poemas de Manuel Alegre, António Gedeão, José Gomes Ferreira, José Carlos Ary dos Santos ou Manuel da Fonseca, entre muitos outros – acariciando os sonhos que eram então os dessa geração, de transformar o mundo e de mudar a vida.

A essa benevolência, não era estranho o ambiente que se vivia em muitos meios ligados à Igreja Católica, na sequência do ‘aggiornamento’ que se seguiu ao Concílio Vaticano II e que conduziu muitos membros do clero e os chamados católicos progressistas ao alinhamento numa frente comum de resistência à opressão política e ao cinzentismo que se vivia no País.

No Porto – é sempre do lado do Porto que falo –, essa mobilização foi porventura mais expressiva, tendo em conta o magistério do Bispo D. António Ferreira Gomes, regressado em 1969 de um exílio de dez anos, e de que é exemplo um dos últimos e mais complexos julgamentos políticos no Tribunal Plenário, o do Padre Mário de Oliveira, pároco de Macieira da Lixa, que provocou manifestações de apoio ao sacerdote, com fortíssima participação, entre a Cordoaria e o Largo de S. João Novo, onde funcionava o Tribunal Plenário – Padre Mário de quem foi advogado de defesa o Dr. José da Silva, então deputado da Ala Liberal, que aqui recordei no mês passado.

Ainda recordei, mais de 50 anos depois, as vezes em que declamei poemas de Manuel Alegre, de Ary dos Santos ou de Alexandre O’Neill na Associação Católica do Porto, na Rua de Passos Manuel, ou no Cine-Ermesinde, na minha terra, ou ainda no Colégio Luso-Francês, nuns encontros da LIAM.

3 – Um dos cantores de intervenção – ou cantautores – mais apreciados nessa época era Manuel Freire, interpretando, entre outras canções, “Pedro Soldado” (contra a guerra colonial), “Lutaremos, meu amor” (“pelo direito de seguir de mãos dadas na solidão nocturna”), “Pedra Filosofal” (“Eles não sabem que o sonho/ é uma constante da vida ...”).

E também a “Trova do Emigrante”, em homenagem àqueles que tinham a coragem de abandonar a sua terra, madrastra, em busca de melhor vida lá fora, no estrangeiro – e que é o poema com que abri esta crónica.

Não era fácil sair então de Portugal.

Portugal era, nesse tempo, um país de fronteiras fechadas, como é de uso nas ditaduras.

Acrescia, no nosso país, a necessidade que o regime tinha de reter em Portugal os jovens mancebos, necessários para lutar na guerra colonial, em África – na Guiné, em Angola e em Moçambique.

Grande número dos emigrantes, isto é, dos que migravam de Portugal para fora, atravessavam a fronteira a salto, às ocultas, sem passaporte, indocumentados.

Muitos foram apanhados e presos, ao darem o passo proibido.

Mas presos do lado de cá, do seu país; não detidos pela França, pela Suíça, pelo Luxemburgo, pelo Brasil... isto é: pelo país de acolhimento.

Os que tiveram sucesso na fuga organizaram comunidades solidárias e prósperas nesses países – em França, na Suíça, no Luxemburgo, no Brasil ... e em tantas e desvairadas partes por onde se espalha a nossa diáspora.

Durante décadas contribuíram, com capitais, para o progresso do país que os perseguira.

Eram as chamadas “remessas dos emigrantes”, que substituíram as especiarias do Oriente e o ouro do Brasil no equilíbrio das contas públicas.

Quem hoje nos procura para melhorar a sua vida tem o direito simétrico de acolhimento que tiveram os nossos concidadãos que, durante décadas, procuraram fora o que a Pátria lhes negara.

Os sonhos são iguais!

ASILO S. JOSÉ, BRAGA

175 anos a acolher os mais desfavorecidos e desprotegidos da sociedade

É a mais antiga instituição social da cidade de Braga, logo a seguir à Misericórdia, e celebrou este ano 175 anos de serviço aos mais desfavorecidos e desprotegidos.

“Foi o comendador Fernando Oliveira Guimarães, que, no dia 1 de abril de 1850, reuniu um conjunto de homens bons de Braga e teve a ideia de criar o Asilo S. José para as pessoas inválidas e entevadas do concelho de Braga”, conta José Luís Cunha, presidente da instituição, acrescentando que “para o efeito doou duas casas na, agora, Avenida da Liberdade, para recolher esses deserdados da sorte, e fez ainda um donativo em dinheiro”.

Em 1876, a congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição entra ao serviço na instituição, onde se mantém ainda, agora apenas com quatro religiosas, duas apenas ao serviço, sendo que a Madre Superior Maria Luísa da Silva desempenha a funções de diretora-técnica.

“O Asilo esteve assim até 1902, altura em que a instituição recebeu este Convento de Santa Teresa, para aqui instalar os seus serviços. Anos antes tinha havido a extinção das Ordens Religiosas que determinava que estas acabariam à morte da última religiosa. No caso aconteceu apenas em 1902. Então, com o falecimento da última Irmã, o convento reverteu para o Estado e a instituição recebeu-o por influência do governador civil, o Conde de Vila Pouca”, conta ainda o presidente do Asilo S. José.

No entanto, como era um convento muito abandonado e degradado, só após obras de requalificação, terminadas em 1904, é o Asilo S. José abriu ao público.

Evidenciando o quão os tempos eram diferentes dos de agora, a Irmã Luísa da Silva lembra que, “nessa altura, a instituição vivia de donativos, que eram muito frequentes nesses tempos”, ao que o presidente acrescenta: “O Governo Civil poderia dar algum financiamento, mas era coisa pouca, a base da sobrevivência da instituição eram, de facto, os donativos de particulares, de pessoas de boa-vontade. Mas essa é uma espécie em vias de extinção nos tempos que vivemos”.

Há 26 anos à frente da instituição, José Luís Cunha recorda que, “nessa altura, ainda eram muito significativos os donativos, em dinheiro e em bens imóveis”, sublinhando que “todo o património que o Asilo tem é fruto de doações”.

Porém, “nos últimos anos, os donativos quase desapareceram, tal como as doações de bens imóveis”, lamenta, revelando: “Ainda temos um grande património, algum em parceria com a Misericórdia, que foram grandes doações de dois ou três grandes benfeitores. E este património é fundamental para garantir a sustentabilidade financeira da instituição, porque que temos tido resultados negativos nos últimos anos. E, por isso, temos tido a necessidade de vender algum património para fazer face às despesas”.



Esta necessidade resulta dos défices acumulados pelas respostas sociais, fruto dos baixos rendimentos dos utentes, mas também pelo financiamento insuficiente do Estado.

“Sem donativos e sem ajudas, as coisas ficam difíceis. As pessoas têm reformas de 300 ou 400 euros, como é que a instituição os pode receber? Estas pessoas há 100 anos eram recolhidas porque havia donativos. Hoje o Estado dá, mas não chega. Nós vemos os trabalhadores que temos e o que temos de descontar para o Estado e, depois, vemos se sobra alguma coisa para comprar equipamentos, pagar aos funcionários, melhoramento das instalações”, lamenta a diretora-técnica.

E depois de o ter expressado de viva voz à secretária de Estado da Ação Social, Clara Marques Mendes, na celebração do aniversário, José Luís Cunha repete a sua insatisfação ao Solidariedade: “De facto, temos um protocolo com o Estado, uma parceria, porque esta função de proteção das pessoas numa fase da vida muito complicada é do Estado, mas este reconhece que é localmente que se consegue fazer

melhor esse trabalho. Daí, entregar às comunidades locais a gestão desses serviços, porque reconhece que somos nós no terreno que conhecemos melhor as pessoas e que estamos em melhores condições para prestar esses serviços. Temos uma parceria, com direitos e obrigações de ambas as partes, contudo, o Estado comparticipa por utente com um determinado valor, mas este é manifestamente insuficiente para fazer face ao custo médio do utente. Isto não é uma empresa, temos 70 funcionários e, por isso, temos custos elevados. O Estado dá-nos uma referência todos os anos do custo médio por utente, que agora está em pouco mais de 1.600 euros. Cada utente custa, enquadrando tudo, serviços médicos, alimentação e tudo o resto, à volta de 1.600 euros. Só que o somatório da comparticipação do Estado e da percentagem das reformas dos nossos utentes é manifestamente inferior a esse valor. E 20% das despesas não têm cobertura com esse valor, porque a maior parte dos utentes recebe reformas muito baixas”.

A isto, acrescem as exigências da Segurança



Social. “Antigamente, as enfermeiras do Asilo eram as irmãs. Hoje temos seis enfermeiras e a Segurança Social ainda nos diz que são precisas sete ou, então, que é necessário haver uma durante a noite”, afirma a Irmã Luísa, ao que o presidente acrescenta: “Entre o número de utentes que tem autonomia e os que estão dependentes, que exigem a prestação de cuidados diferentes, a diferença é grande. Ora, isto exige mais pessoal. E o Estado exige, mas não comparticipa devidamente e, depois, cerca de 20% das despesas não têm cobertura, o que faz com que as instituições tenham prejuízo”.

No caso da instituição bracarense, a forma de contornar esses prejuízos é “vendendo património”, argumenta José Luís Cunha, que reforça: “Cerca de 20% das despesas não são comparticipadas, como não há receitas externas, como dantes havia, só conseguimos fazer face a essa situação vendendo património”.

“E esses donativos, que agora não são dados por quem entra na instituição, eram uma mais-valia, apesar de agora serem proibidos, entre aspas. E eram uma mais-valia, porque a instituição precisa de constantes melhoramentos. Por exemplo, são necessárias umas portas de vidro, porque faz muito frio de inverno e muito calor de verão, mas o certo é que as portas custam seis mil euros e onde vai a instituição buscá-los?”, questiona a religiosa.

“Para isto o Estado não dá apoio, vem cá colocar exigências, torneiras, ares condicionados e mais não sei quê, mas é incapaz de perguntar se precisamos de alguma coisa. Numa parceria, o Estado vem ver as necessidades e uma eventual comparticipação”.

E neste particular, a partir de um caso concreto, a Irmã Luísa da Silva dá uma sugestão: “Ainda há pouco tempo tivemos aqui uma situação com uma visita de acompanhamento. As visitas são boas, mas chegam aqui e dizem-nos que temos de ter um programa informático para o Plano Individual de Cuidados. Então, porque razão a Segurança Social não faz um programa que todas as instituições possam utilizar de forma uniforme? Isto obriga-nos a recorrer a uma empresa de informática e a pagarmos cinco ou seis mil euros. Isso é que era uma ajuda do Estado. O Estado devia exigir, mas disponibilizar as ferramentas, evitando custos às instituições. Há exigências com as quais não concordo, porque nós estamos aqui para cuidar dos velhinhos e, apesar de serem importantes, perdemos muito tempo a fazer registos de tudo”.

Sentido a sua ação obstaculizada por falta de apoio de quem se diz parceiro, o presidente da instituição aponta outra dificuldade, no plano financeiro, que se prende com o trabalho.

“Nos últimos anos, tem havido uma subida acentuada do salário mínimo, que é justíssima, não se põe sequer em questão, mas é muito grande e as instituições, face aos protocolos com a Estado, não podem atualizar as mensalidades em função desse aumento. Uma empresa privada, face ao aumento de custos, pode repercutir esse aumento no preço do produto. Nós, como temos um protocolo com o Estado, não o podemos fazer, mas pagamos o IVA como qualquer empresa e só recuperamos metade na parte de obras, e pagamos a TSU”, assevera, ao que a religiosa acrescenta: “Costumo dizer que não preciso que o Governo me dê dinheiro, só preciso que não mo peça”.

“A instituição paga 23% e o trabalhador 11% para a Segurança Social, mas futuramente, não muito longe, não há quem queira vir trabalhar para as instituições. Temos uma dificuldade brutal em contratar. É uma dificuldade imensa, aliás, se tivesse 10 pessoas para meter na instituição, elas entravam, mas não tenho. E isto porque tenho sete funcionárias de baixa médica. Não há nenhum incentivo para que as pessoas queiram trabalhar nas IPSS, porque se trabalha aos fins-de-semana, feriados, por turnos... E para levar 800 euros, as pessoas não querem. Depois, é um trabalho duro. As funcionárias que já cá estão há 20 ou mais anos



são as que seguram isto, porque quando elas se reformarem, não sei”, lamenta.

Para o líder do Asilo, “é preciso ter uma vocação especial, porque cuidar de idosos é lidar com a doença e a morte”.

“Eles vêm para aqui no fim da vida e os trabalhadores têm relações afetivas com as pessoas, tratam delas, dão-lhes banhos, etc., e quando uma dessas pessoas desaparece é como se fosse alguém da família. É um trabalho difícil e, por isso, é que a Irmã mete aqui uma pessoa nova e passados dois ou três dias ela vai embora, porque diz que não aguenta. É um trabalho difícil física e psicologicamente”, frisa.

“Hoje, cerca de 70% dos utentes tem grandes limitações, sejam físicas, sejam cognitivas. Na CNIS, se calhar, é preciso começar a pensar se as instituições precisam de uma animadora ou se precisam de uma cuidadora para o Alzheimer ou o Parkinson”, questiona a diretora-técnica.

“Os familiares retêm os seus entes queridos o máximo de tempo possível em casa, o que é bom, e só os trazem quando já não conseguem cuidar deles, pelo que eles chegam aqui muito limitados. As pessoas chegam cada vez mais tarde e a necessitar de mais cuidados, pelo que o número de pessoas a precisar de muitos cuidados é cada vez maior”, explica o presidente, que recordou: “Recentemente, disse à secretária

de Estado Clara Marques Mendes que estão a transformar os lares em unidades de cuidados continuados, porque as pessoas entram cada vez mais depauperadas e dependentes. Antigamente íamos para a praia, com grupos de 20, 30 utentes, e hoje não vamos. Iam 15 dias para a Apúlia, agora já não, já não conseguimos um grupo suficiente que justifique”.

A instituição tem a intenção de aumentar a capacidade da sua ERPI, atualmente em 96 camas, mas questões arquitetónicas, por um lado, e burocráticas, por outro, tem adiado essa intenção.

“Temos um projeto de ampliação das instalações com uma ligação à nossa quinta. Temos a ideia de fazer mais quartos, já com outras condições, para pessoas com outro tipo de exigências. Esse projeto, de momento, está encalhado por diversas razões, mas é um projeto que temos ainda em mente. Uma vez que não é possível aumentar o edifício do convento sem o desfigurar, gostávamos de poder avançar com esse projeto, porque nos dizem que há pessoas com posses que gostavam de ter um quarto, tipo suite, mais privado e com autonomia. Seriam 10 quartos com vista para a rua e com todas as condições. Depois temos uma quinta excelente, com dois hectares, e um miradouro com uma vista fabulosa sobre a cidade de Braga”, revela o presidente da instituição.

Não sendo um projeto da instituição, a Irmã Luísa levanta uma questão com que se depara no quotidiano e que diz respeito a uma matéria bem mais transversal, que diz respeito ao Ambiente.

“Na zona norte devia haver uma incineradora para os detritos que fazemos. O que fazemos a tanta fralda que utilizamos? Vai tudo para o lixo comum. Certamente, é um projeto muito avultado, mas, em termos de Ambiente, deveríamos pensar em arranjar uma solução viável”, sustenta, deixando um desafio ao Estado: “Por outro lado, o Estado distribuiu computadores Magalhães por tudo o que era escola e não pode arranjar uns equipamentos para as IPSS?”.

“A Segurança Social não se preocupa minimamente com a satisfação das nossas necessidades, sabendo que nós não temos capacidade. A Segurança Social vem aqui para fiscalizar, para ver o que não está bem, não vem para ver as nossas necessidades. Ainda agora com o apagão, ficámos sem luz e sem água, e colocou-se a questão de adquirir um gerador. É uma necessidade, mas são precisos cerca de 20.000 euros. São estas pequenas necessidades que o Estado central e as autarquias deviam estar mais atentas e deviam apoiar”, afirma José Luís Cunha.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)





Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

GABINETE DE ESTRATÉGIA E PLANEAMENTO DO MTSSS

136 mortes em acidentes de trabalho em 2023

O número de acidentes de trabalho praticamente estabilizou em 2023, sendo que houve 136 mortes resultantes desses acidentes, menos 3,5% face a 2022, segundo a síntese elaborada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS.

Em 2023, foram registados 184.607 acidentes de trabalho em Portugal, menos 15 face aos 184.622 registados em 2022.

Deste total, 136 resultaram em vítimas mortais, isto é, um decréscimo de 3,5% face aos 141 registados no período homólogo, segundo a síntese elaborada pelo GEP do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social divulgada na terça-feira. Isto significa que a taxa de incidência foi de 2,7%, inferior aos 2,9% registados em 2022 e dos 2,8% em 2021.

“No entanto, no total dos acidentes assistimos a um aumento da sinistralidade laboral mais grave, comprovado com o crescimento do número total de dias de trabalho perdidos em 5,1% o que resultou no aumento da média de dias de trabalho perdidos por acidente de trabalho (38,6)”, lê-se.

No que respeita à atividade económica, os dados revelam que um terço (30,1%) dos acidentes



de trabalho ocorreram no setor da construção e 23% na indústria transformadora.

Face à população exposta ao risco, o setor onde a sinistralidade teve maior impacto foi o da construção “com 8.365,9 acidentes por cada 100.000 trabalhadores”. E também nos que resultaram em morte também este setor foi o mais afetado, com “11,6 acidentes por 100.000 trabalhadores”.

Os dados revelam ainda que a maioria dos acidentes de trabalho, bem como das mortes associadas a esses acidentes aconteceram em empresas com entre um e 49 trabalhadores

(47% e 66,9%, respetivamente).

“No interior do estabelecimento ocorreram 73,3% do total de acidentes e 41,2% dos acidentes com consequência mortal no exterior do estabelecimento”, aponta a síntese, que indica ainda que quase um terço dos acidentes (27,3%) ocorreram em março, maio e julho e que um pouco mais de um quinto (22,4%) entre as 10:00 e as 11:00.

Do total dos mais de 184 mil acidentes de trabalhos registados em 2023, 52,3% provocaram feridas e lesões superficiais, enquanto 38,2% provocaram lesões nas extremidades superiores.

Já no que toca aos acidentes com consequência mortal, 58,1% provocaram lesões múltiplas, enquanto 68,4% provocaram lesões no corpo inteiro.

Por faixa etária, “dos sinistrados para os quais se conhece a idade à data do acidente, 49,2% tinham entre os 35 e os 54 anos, sendo o escalão mais afetado o do 45 aos 54 anos”, enquanto nos que toca especificamente às vítimas mortais 56% tinham entre 45 e 64 anos, sendo o escalão mais afetado o do 45 aos 54 anos.

TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.

Mais de **900 parcerias** de sucesso

Mais de **40 soluções** personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Assistência técnica especializada

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas

PI

Plataforma Integrada WEB

Utentes

Caixas e Pagamentos e Fornecedores

Bancos

Qualidade 3ª Idade

Rendas

Qualidade Infância e Juventude

Associados Irmãos

sistemas de informação

+351 253 408 326
+351 939 729 729
tsr@tsr.pt

saiba mais em tsr.pt

OBSERVATÓRIO GÉNERO, TRABALHO E PODER

Mulheres portuguesas lideram profissões de cuidados pessoais, limpeza, saúde e ensino

As mulheres portuguesas estão particularmente concentradas nas profissões de cuidados pessoais, limpeza, saúde e ensino, mas a sua presença é quase residual entre os trabalhadores da floresta ou da metalurgia, segundo um barómetro do Observatório Género, Trabalho e Poder.

Em Portugal as mulheres representam 92,4% dos trabalhadores dos cuidados pessoais e similares, 88,2% dos trabalhadores de limpeza, 76,8% dos profissionais de saúde e 76,2% dos professores, segundo dados de 2022 publicados pelo Observatório Género, Trabalho e Poder, um organismo do ISEG -- Lisbon School of Economics & Management liderado pela especialista Sara Falcão Casaca.

Os números revelam uma representação feminina de 76,6% entre os técnicos e profissionais de nível intermédio da saúde, de 74,8% entre os empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados e de 71,5% entre os especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais.

Entre as profissões mais ocupadas por mulheres constam também as assistentes na preparação de refeições (68,3%), outro pessoal de apoio de tipo administrativo (67,8%), pessoal de apoio direto a clientes (64,2%), vendedores (61,8%) e trabalhadores dos serviços pessoais (60,3%).

Por outro lado, a presença da mulher é inferior a 30% em profissões como representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes superiores da Administração Pública, de organizações especializadas, diretores e gestores de empresas (28,1%) ou agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado (24,1%).

Também entre os técnicos das tecnologias de informação e comunicação as mulheres ocupavam 22,4% dos lugares, assim como nos especialistas em TIC - tecnologias de informação e comunicação (22,1%) e nos técnicos e profissões das ciências e engenharia, de nível intermédio (21,2%).

A segregação é ainda mais notória, com menos de 20% de participação feminina, nas profissões de vendedores ambulantes (exceto de alimentos) e prestadores de serviços na rua (19,2%), de pessoal dos serviços de proteção e segurança (16,2%), trabalhadores qualificados da floresta, pesca e caça (6,8%) e relativas a trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares (4,1%).

Mas a mais baixa representação de mulheres verificou-se entre os condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis (3,6%), os trabalhadores qualificados em eletricidade e em eletrónica (2,4%) e, com a percentagem mais baixa, os trabalhadores qualificados da construção e similares, exceto eletricista (1,3%).

Para a diretora do observatório, os dados confirmam que continua a haver em Portugal uma grande representação de profissões em que a maioria (60%) são homens ou predominam (80% ou mais%) e que não se conseguiu superar as conceções estereotipadas, que estão presentes



desde logo na socialização, nomeadamente na família, que vão moldando as opções educativas e formativas de rapazes e raparigas.

INE

Dos trabalhadores qualificados em eletricidade e em eletrónica, as mulheres representavam 2,98% desses trabalhadores em 2010, diminuindo para 2,58% em 2023, segundo as estatísticas de “Quadros de Pessoal” do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e usadas para a investigação.

Para a socióloga Sara Falcão Casaca, em 13 anos, entre 2010 e 2023, registaram-se alterações pontuais na distribuição de mulheres e homens por áreas predominantemente masculina ou feminina, mas manteve-se uma clara segregação e em algumas profissões, como as qualificadas de eletricidade e construção, com representação de mulheres já reduzida, a segregação agravou-se.

Na sua opinião os dados mostram que em 2023 continuou a registar-se grande representação de profissões em que a maioria são homens ou o sexo masculino predomina, não se tendo conseguido superar as conceções estereotipadas, que estão presentes desde logo na socialização e que moldam as opções educativas e formativas de rapazes e raparigas.

Para combater essa segregação é necessário um trabalho profundo que envolva todos os agentes de socialização, incluindo a família. Os brinquedos que se oferecem às crianças são agentes de socialização, alertou a socióloga, criticando a

atual grande especialização nos brinquedos destinados a raparigas e a rapazes.

É grande o peso destas representações sociais e culturais que estão muito enraizadas e presentes na família e noutros agentes de socialização, uma marca cultural tradicional acerca dos papéis sociais das mulheres e dos homens que limita e condiciona a realização profissional das raparigas e dos rapazes, avisa.

“As suas aspirações vão sendo moldadas em função das expectativas sociais e, muitas vezes, é assim que se limita o que possam ser as aspirações de um homem que podia via a ser um excelente educador de infância ou de uma mulher com vocação para eletricista”, argumentou.

Invocando vários estudos, a socióloga explicou que ambientes com a presença de homens e mulheres são mais favoráveis ao trabalho em equipa e favorecem os processos de tomada de decisão, a forma como se trabalha, a criatividade, a inovação, razão pela qual é importante garantir que não se limitam as aspirações profissionais das mulheres e dos homens.

A diretora do observatório salientou que as vocações devem ser efetivamente as vocações genuínas e que o caminho para garantir que não se limitam as aspirações profissionais passa pela educação e por libertar rapazes e raparigas do estereótipo de género.

Os estereótipos de género refletem-se também nas decisões de quem recruta, moldando as opções e decisões tanto do lado da oferta como da procura no mercado de trabalho.

Quando uma empresa contrata uma pessoa eletricista a expectativa dominante é a de esse posto de trabalho ser ocupado por um homem, especificou.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



O brilho do ouro e o desgoverno do mundo

O ouro brilha, é da sua natureza. Ultimamente também tem brilhado na sua incarnação de ativo financeiro.

Desde o início de 2025 o metal amarelo valorizou 27% e, se começarmos a contar em 2 de abril, o dia da infâmia das “tarifas recíprocas” de Trump, o ouro acumula ganhos de cerca de 5%. Em euros a coisa é menos impressionante dado que o a moeda única regista ganhos significativos em relação ao dólar no que levamos do ano corrente. Ainda assim, em euros, o ganho do ouro vai em 12,5% desde o início do ano.

De certa forma é normal. A eleição de Donald Trump, as suas estouvadas propostas políticas e a forma errática e imprevisível como as tem conduzido, criaram níveis de ansiedade e insegurança de tal modo elevados, que, para alguns investidores, o ouro aparece como o refúgio de último recurso, que nem mesmo as mais surreais iniciativas políticas Trumpistas, conseguirão destruir.

Contudo, não deixa de haver um lado estranho nesta história. Normalmente, em tempos de taxas de juro elevadas, como é o caso atualmente nos Estados Unidos, o ouro enquanto ativo costuma ter performances pobres. Quando podemos aplicar dinheiro de forma segura acima de 4%, porque diabo haveremos de preferir colocá-lo em algo que não rende rigorosamente nada e, ainda por cima, tem custos de conservação e segurança?

Não faltam no passado anúncios enfáticos do fim do papel monetário do ouro. John Maynard Keynes, que tal como Karl Marx ostentava uma manifesta incapacidade para prever o futuro, dizia que o ouro se transformaria numa “reliquia bárbara”. Já Vladimir Ilich Ulianov, o revolucionário russo, com o seu proverbial sentido pragmático, afirmou que ainda haveria de instalar latrinas em ouro na praça vermelha.

Enganaram-se redondamente!

Segundo algumas estimativas, os bancos centrais deste nosso vasto mundo terão 36.000 toneladas métricas de ouro sob a forma de reservas. O ouro terá mesmo deslocado o euro para o terceiro lugar do pódio em matéria de reservas globais sendo apenas superado pelo dólar enquanto ativo de reserva (claro que cotações elevadas do metal ajudam nestas contas).

Os bancos centrais detêm uma em cada seis

toneladas do ouro extraído desde que os humanos inventaram a mineração do metal.

Jasão com os seus argonautas partiu para a Cólquida em busca do velo de ouro. Ao que parece nos rios da Cólquida o ouro era tão abundante que bastava colocar peles de carneiro na água e depois recolher as partículas que ficavam presas na lã. Engenhoso, sem dúvida!

No regresso Jasão não trazia apenas o velo de ouro, trazia também uma mulher – Medeia. Dela terá dois filhos que Medeia acabará por matar numa vingança mesquinha contra Jasão.

Nunca faltou tragédia onde o ouro esteve próximo!

Uma boa parte do ouro dos bancos centrais está guardado em Fort Knox nos Estados Unidos. Durante a guerra fria, muitos países ocidentais, temendo uma eventual invasão pela União Soviética e o conseqüente saque, preferiram deixar grande parte das suas reservas ao cuidado da Reserva Federal de Nova Iorque.

Foi sempre tudo feito numa base de confiança. No entanto, consta que, há um par de anos, alguns países terão discretamente pedido uma contagem física do stock. Ao que parece estaria tudo em ordem!

Não deixa de ser um sinal dos tempos que nos nossos dias o debate tenha ganho contornos um pouco diferentes, particularmente na Alemanha e na Itália. Agora fala-se abertamente na possibilidade do repatriamento do ouro guardado nos estados unidos o qual poderá valer qualquer coisa como 250 biliões de dólares.

Não estaremos a exagerar? Há alguma razão para pensar que o ouro europeu possa não estar seguro em Fort Knox?

Infelizmente há razões de sobra para a desconfiança que começa a tomar conta de muitos políticos europeus.

A América deixou de ser um país confiável.

Na desastrosa reforma fiscal que acaba de passar no Congresso e que Donald Trump batizou de “lei grande e bela”, no meio das quase mil páginas do texto, algures num canto obscuro, constavam disposições como uma taxa a pagar pelos não residentes detentores de ativos americanos. Tanto quanto sabemos, um módico de bom senso por parte de alguns senadores, terá impedido que essas disposições polémicas constassem do texto que finalmente foi

aprovado. No entanto, o simples facto de uma administração americana ter colocado a hipótese de uma repressão financeira brutal sobre investidores estrangeiros diz-nos muito sobre o desgoverno que vai pelo mundo.

Lembrar, a propósito, que alguns círculos próximos da administração Trump chegaram a alvitar a hipótese de obrigar os detentores de dívida pública americana a trocar forçadamente os seus títulos por outros de maturidade a perder de vista e taxas de juro reprimidas. Não consta que tal hipótese tenha sido oficialmente excluída.

Stephen Miran, o chefe dos conselheiros económicos de Trump, não se cansa de falar dos custos que a América suporta por conta do funcionamento do sistema financeiro internacional e, eventualmente, ocorre-lhe que, a bem ou a mal, os não residentes terão de pagar.

Com um louco a chefiar uma equipa de mentecaptos já não podemos ignorar mesmo os riscos que seriam inverosímeis há apenas um par de meses.

Quem nos garante que, num qualquer cenário de crise, em que seja necessário usar massivamente linhas de financiamento em dólares, um qualquer político americano nos diga que o nosso ouro é um excelente colateral ou, pior ainda, que o maldito metal seja usado como arma de pura coação política?

A visão de mundo regido por regras, e não pela força bruta do mais forte, convenientemente policiado por uma América, que se via a si mesma como uma nação excepcional, destinada para esse papel por um qualquer desígnio de Deus, morreu!

Descobrimos que o polícia, afinal, pode ser um agente desmotivado, que se está nas tintas para a segurança dos outros e bem capaz de fazer mais danos que os próprios ladrões.

Bem fariam os europeus em cuidar da sua segurança e da segurança dos seus ativos.

Recentemente, Enrico Letta, ex-primeiro ministro de Itália e autor do relatório “muito mais que um mercado”, solicitado pelo Conselho Europeu e pela Comissão Europeia sobre a revitalização do mercado único, afirmou que divididos em vinte e sete mercados seremos sempre uma colónia financeira da América.

Sábias palavras!



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Férias escolares

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

“ALIANÇA PELA PREVENÇÃO” APELA AO GOVERNO

Tolerância zero para a violência na infância

A Unicef Portugal e outras quatro instituições, unidas numa “Aliança pela Prevenção”, apelam hoje ao Governo para que crie um “novo paradigma de tolerância zero para com a violência na infância” e tome medidas para combater o problema.

Numa carta aberta, a Unicef Portugal, a Aldeias de Crianças SOS, a Associação de Apoio Vítima (APAV), o Instituto de Apoio à Criança e a ProChild CoLAB uniram-se para pedir urgência nas medidas de combate à violência contra as crianças.

Os subscritores alertam que mais de 1,3 milhões de pessoas relataram ter sofrido algum tipo de abuso emocional ou físico na Infância e 1.041 crimes de abuso sexual de crianças foram registados só em 2024 (mais 7% face a 2023).

Uma em cada três vítimas de violência doméstica tinham menos de 16 anos em 2024 (10.430 pessoas) e cada dois em três jovens relataram ter vivido, pelo menos, uma forma de vitimação nas suas relações de namoro (2.978 pessoas), acrescentam.

Esta ação tem como objetivo “colocar os Direitos da Criança nas prioridades das políticas públicas e orçamentais do novo Governo”.

A Aliança pela Prevenção sublinha que a criação de um novo paradigma de tolerância zero para com a violência na infância deve ser alcançada através de um conjunto de sete compromissos orientadores.

Entre estes sete compromissos, a carta propõe uma “coordenação inter-setorial efetiva, garantindo uma atuação articulada entre ministérios e os sistemas e serviços de saúde, educação, justiça, ação social, segurança e sociedade civil”, bem como uma definição de mecanismos claros de responsabilidade e cooperação nos eixos da prevenção, deteção e investigação, e intervenção e acompanhamento às vítimas.

O reforço e harmonização do enquadramento legal, abrangendo os domínios civil, penal, processual e administrativo, com uma base jurídica

coerente, centrada nos direitos da criança e sustentada por investimento público estável e adequado é outro dos pontos, assim como a recolha e monitorização de dados de qualidade, “nomeadamente um diagnóstico rigoroso, continuado e abrangente da violência contra as crianças em Portugal, com dados desagregados”.

Estas organizações pedem também intervenção de saúde pública assegurando uma resposta abrangente de prevenção da violência, em particular da primária, através de medidas de sensibilização e formação, dirigidas a profissionais, famílias e toda a comunidade, e que deve incluir a deteção precoce, intervenção atempada e acompanhamento multidisciplinar, envolvendo os cuidados de saúde primários, essenciais para a identificação de fatores de risco.

Apelam também a uma promoção de ambientes escolares e socioeducativos seguros, inclusivos e livres de violência, que coloquem o bem-estar físico, emocional e social das crianças no centro da ação educativa, a par da “implementação de programas de apoio a pais e cuidadores que reforcem as competências parentais, promovam práticas educativas positivas e previnam situações de negligência ou violência, envolvendo equipas multidisciplinares, incluindo profissionais de saúde”.

Por último, defendem “a garantia de condições de vida dignas e acesso a políticas e apoios sociais adequados, assegurando que nenhuma criança ou família fique excluída da proteção e dos recursos de que necessita para viver com segurança e dignidade”.

“Os maus-tratos físicos, emocionais, a negligência ou a violência sexual afetam o rendimento escolar, a autoestima, a saúde mental e a capacidade de estabelecer relações seguras e saudáveis”, alertam as instituições.

Podem, ainda, ter impacto nos próprios modelos de cuidado e parentalidade que a criança assumirá como adulto, potenciando a continuidade cíclica dos padrões de maus-tratos e dos seus efeitos, lembram.

D.R.



Lavandarias Profissionais IPSS

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele